

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DA AMREC Nº 12 DE 16 DE SETEMBRO DE 2022 – HORÁRIO: 14horas – PLENARINHO DA AMREC- EDITAL Nº 028/2022-

1 Aos dezesseis dias do mês de setembro de 2022, as 14 horas, se reuniram
2 no auditório da AMREC, em Assembleia Geral Ordinária, os (as) prefeitos
3 (as) da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) para
4 tratar exclusivamente do tema ACP do Carvão. Participaram da reunião, o
5 presidente da AMREC e prefeito de Forquilha José Cláudio Gonçalves; o
6 prefeito de Cocal do Sul Fernando de Fáveri; o prefeito de Treviso Valério
7 Moretti; a prefeita de Lauro Muller Saionara Bora; a vice-prefeita de Lauro
8 Muller Soraya Librelatto; o prefeito de Urussanga Luiz Gustavo Cancelier; o
9 prefeito de Siderópolis Franqui Salvaro; o vice-prefeito de Nova Veneza
10 Elzio Milanez; o prefeito de Criciúma Clésio Salvaro; o representante da
11 SATC William de Oliveira Sant Ana; o diretor do IMA-Instituto do Meio
12 Ambiente Marcos Favro; o procurador de Içara Emanuel Moreira; o
13 Procurador da República do MPF Dr. Dermeval Ribeiro Vianna Filho; o
14 Diretor Executivo da AMREC, Nelson da Silva; o Diretor Executivo do CIM-
15 AMREC Daniel Michels Spillere; o advogado Filipe Barchinski, e demais
16 técnicos que assinaram a lista de presença em anexo a esta ata. O
17 presidente e prefeito de Forquilha José Cláudio Gonçalves agradece a
18 presença do procurador, prefeitos, técnicos municipais do meio ambiente,
19 membros do GTA- Grupo Técnico de Assessoramento da ACP do Carvão, do
20 SISESC e demais interessados. Inicia a reunião relatando a importância e
21 necessidade em discutir este tema. Lembra que uma equipe composta por
22 técnicos e prefeitos já esteve em Brasília na CGR-Coordenadoria Geral da
23 República, mostrando as dificuldades das prefeituras aqui da AMREC, são
24 nove os municípios inseridos na ACP do Carvão, em torno de seis mil
25 hectares de terra. Após esta visita, uma equipe do Ministério das Minas e
26 Energia esteve aqui visitando a região, e hoje o objetivo é ouvir as
27 sugestões do MPF para encaminhamentos. “Queremos aproveitar um
28 percentual desta área dentro de um embasamento técnico, gerando
29 desenvolvimento para região” relata o presidente. Prefeito de Criciúma
30 Clésio Salvaro cita que é importante ouvir as sugestões do MPF para
31 contemplar, não somente as necessidades das prefeituras, mas também do
32 empreendedor. Dr. Dermeval cumprimenta a todos, cita que ninguém está
33 prejudicado porque tem uma área embargada pelo MPF; se a empresa
34 responsável não cumpriu sua obrigação anteriormente, é dinheiro do
35 município, e os órgãos ambientais não fizeram nada, e ainda estamos numa
36 situação de impasse até hoje, o MPF só está cobrando o que é direito da
37 sociedade. “As áreas contaminadas não é culpa do MPF, mas sim de
38 empresas condenadas, com seus sócios condenadas, governo federal e
39 estado de SC condenados que nada fizeram”. Cita que o MPF cobra o que é
40 direito dos municípios que ficaram com o passivo, governo federal tirou

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DA AMREC Nº 12 DE 16 DE SETEMBRO DE 2022 – HORÁRIO: 14horas – PLENARINHO DA AMREC- EDITAL Nº 028/2022-

41 dinheiro daqui, abandonou quando fechou a CSN, deixando dívidas, e
42 ninguém vem de Brasília com uma pauta, um projeto e uma solução.
43 Obrigar as partes envolvidas no processo que adotem as providencias
44 necessárias. Grande problema não são as áreas não ocupadas, mas são as
45 áreas mais vulneráveis, são as áreas exploradas no passado e que a
46 população pobre ocupou, e nada foi feito, sendo que o problema ficou com
47 os municípios. Cita como exemplo a Cidade Alta, bairros Baixadinha e
48 Renascer de Criciúma. Dr. Dermeval cita que participou de uma reunião
49 com a CSN, mineradora que tem contas a pagar com a sociedade e no
50 mínimo deve prestar satisfação. As áreas não ocupadas devem ser
51 resolvidas com os municípios, e as áreas ocupadas pela população, devem
52 ter uma compensação para os municípios, a empresa tem obrigação de
53 recuperação. Caso não tenha como recuperar, tem que ter uma
54 compensação para os municípios, de no mínimo estabelecer uma
55 compensação socioambiental. Caso exista viabilidade de melhorias
56 ambientais em torno desta área, uma solução para um rio contaminado,
57 por exemplo, ou então a compensação em oferta de serviço público. Dr.
58 Dermeval informa que cobrou ontem na reunião com a CSN quais as
59 compensações socio ambientais para as áreas vulneráveis que a empresa
60 pode apresentar, mas é importante que a pauta venha dos municípios. As
61 compensações podem ser apresentadas para o governo federal e para as
62 demais empresas envolvidas. CSN teve cinco anos para estudar, o prazo é
63 até outubro. Para destravar esse processo, que está demorado, Dr.
64 Dermeval fala no diagnóstico socioambiental das microbacias, IMA tem
65 convenio com UDESC e GTA já se reuniu apresentando os mapas. Dr.
66 Dermeval fala que municípios devem ter projetos para estabelecer um tipo
67 de compensação; as empresas sabem que tem uma obrigação maior em
68 área, e a sociedade é a parte mais lesada que deve receber essa
69 compensação. Cita como exemplo a Praça em Siderópolis e a área do bairro
70 Pio Correia em Criciúma, que são responsabilidade da CSN. Dr. Dermeval
71 fala em buscar outro tipo de compensação. A voz ativa dos municípios são
72 os prefeitos, que devem estabelecer uma forma de compensação. Técnicas
73 tradicionais não resolvem, recuperação tradicional não dá. Ações que os
74 municípios precisam devem ser mostradas e cobradas das empresas. Ou
75 readaptação destas áreas, o que os municípios podem ganhar em
76 contrapartida, quais as soluções ambientais possíveis. Modalidade de
77 convenio, a UNESC tem análise de solo visando as áreas de projeto de
78 expansão. Município pode apresentar mais de uma alternativa e a empresa
79 verá qual é possível. AMREC está dentro do GTA, cada empresa recebeu
80 cópia dos mapas, para fazer análise e contactar os interessados. MPF não

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DA AMREC Nº 12 DE 16 DE SETEMBRO DE 2022 – HORÁRIO: 14horas – PLENARINHO DA AMREC- EDITAL Nº 028/2022-

81 pergunta o que pode ser feito a título de compensação de forma isolada, os
82 municípios é que devem apresentar projetos, que serão apresentamos para
83 as empresas. Dr. Dermeval fala que está disposto a discutir e auxiliar para
84 destravar essas questões. Presidente da AMREC fala em flexibilização. Katia
85 Smielswiski da secretaria do meio ambiente do município de Criciúma,
86 questiona em que nível, com relação a proposta de fazer compensação com
87 mineradoras e com a união, se através de projeto executivo, ou conceitual
88 ou um diagnóstico. Cita que tem custos altíssimos para o município investir.
89 Dr. Dermeval explica que, depois do município apresentar qual solução
90 deseja para determinado problema, primeiro a empresa vai sinalizar as
91 alternativas possíveis e contratar os projetos, depois apresentar ao
92 município com as possíveis soluções e construir alternativas. William da
93 SATC fala que trabalha há 18 anos com áreas degradadas pela mineração
94 e sente-se confortável em falar do tema. Cita que já tem uma métrica
95 seguida com os envolvidos, as empresas e a união, com cronograma,
96 projetos, áreas monitoradas, dissociada da atual proposição do município
97 ter lista das áreas, quais obras concluídas e qual a executar. Fala que a
98 palavra compensação é um aceno positivo para uma conversa democrática.
99 O município de Siderópolis tem uma ou duas empresas envolvidas na
100 sentença, é mais fácil ter comunicação com um CNPJ para ver status das
101 áreas, e o município define qual área e projeto, pois tem que haver uma
102 compatibilização de informação entre empresa e município. O município de
103 Criciúma, que tem mais de dez empresas envolvidas, deverá ter o
104 protagonismo e buscar as informações, saber o status das áreas, fazer
105 triagem, filtrar, definir quais áreas a empresa vai recuperar, o desafio está
106 em alinhar informações em Criciúma. Dr. Dermeval explica que os
107 municípios já acompanham tudo e tem essas informações de quais áreas
108 tem e tiveram obra. Fala que cada prefeitura deve avaliar qual a melhor
109 forma, podendo trabalhar regionalmente e não sozinhos. Rio Sangão, por
110 exemplo, passa por Forquilha e Criciúma, aí podem trabalhar juntos. Os
111 municípios que estão envolvidos com a empresa CSN podem trabalhar
112 juntos. Cita que algumas áreas que já tiveram ação em que a empresa fez
113 obras recuperação ambiental, foram destinadas como área verde, no
114 entanto tem que tirar todo material contaminante, isso está previsto nos
115 critérios técnicos, não pode ter rejeito em área verde, não pode ter
116 nenhuma outra ação em área verde. Foi erro de projeto, do modelo de
117 recuperação. Se for área industrial cabe reabilitação, isolamento hídrico e
118 material, pode deixar rejeito, transforma a modalidade. Depende de como
119 a área está classificada no município. Tem áreas dentro do perímetro
120 urbano de Criciúma recuperadas como áreas verdes. William concorda que

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DA AMREC Nº 12 DE 16 DE SETEMBRO DE 2022 – HORÁRIO: 14horas – PLENARINHO DA AMREC- EDITAL Nº 028/2022-

121 a solicitação deve ser integrada. Dr. Dermeval fala que o problema é
122 coletivo, deve ser tratado enquanto AMREC, a solução enquanto coletiva é
123 melhor com custo mais barato, e a conjuntura para negociação tem peso
124 maior, divide o peso da responsabilidade. Podem estabelecer prioridades e
125 definir cronograma. MPF estará junto com municípios para trabalhar este
126 aspecto. Prefeito de Criciúma Clésio Salvaro faz uso da palavra, cita que
127 trouxe os técnicos da área ambiental, e se pauta em tudo citado na ata.
128 Questiona se pode fazer uma estrada para desviar trânsito pesado de Rio
129 Maina, mas aquela área está na ACP do carvão. Dr. Dermeval responde que
130 não pode. Salvaro pede objetividade, o tempo passa e as coisas não
131 acontecem, se não pode, quais as alternativas. Dr. Dermeval fala de um
132 caso citado na reunião anterior, foi verificado e estava com substituto, que
133 solicitou ao secretário Tiago dar andamento, a obra saiu, foi oficializado a
134 caixa para liberar o recurso e foi resolvido. Fala que é preciso se adequar
135 ao problema, que orientou no gabinete que áreas públicas são prioridades.
136 “Ninguém quer interferir nestas políticas urbanas, quando as coisas vêm
137 bem encaminhadas, a solução é mais rápida. Quando é de interesse do
138 município, é prioritário”. Giuliano Colossi, do setor de Arquitetura e
139 Urbanismo da Prefeitura de Criciúma, cita que nas reuniões com o MPF já
140 houve avanço, nas áreas consolidadas que foram mineradas, tem uma certa
141 liberação para construção por conta da ata assinada em março/2020. Cita
142 um relatório de algumas situações encontradas de abrangência bem maior,
143 e será entregue no MPF para análise. Dr. Dermeval- pede para protocolar,
144 com registro da data de entrada, para dar os tramites legais. Colossi fala
145 que é uma situação nova, em áreas maiores onde o cidadão comprou lote
146 num loteamento que não foi implantado ou foi implantado e não foi
147 ocupado, querem uma posição do MPF para poder responder ao cidadão.
148 Loteamentos aprovados e com ocupações esparsas. Tem dúvida com a
149 questão da mineração com relação ao desenho da ACP, se ali é área de
150 depósito de pirita ou não. Dr. Dermeval responde que esse foi o desenho
151 da equipe da SATC, que buscaram no mapa do que foi minerado, podendo
152 ser que aquela extensão citada não seja aquela que está no processo, por
153 isso pediram às empresas para fazerem o diagnóstico. O município tem
154 acesso a todas as áreas diagnosticadas com problema de contaminação,
155 através do GTA. William informa que é só marcar um horário que será
156 mostrado o polígono para os interessados. Cita que na época foi feito a
157 partir das imagens aéreas do DNPM, de 2002, para o Projeto de Recuperação
158 da Bacia Carbonífera, com GPS 4 canais, Etrex, que dava erro de posição
159 de campo de até 40 metros para percorrer o perímetro destes polígonos.
160 Hoje a SATC tem novos recursos tecnológicos, refazendo o mapa, fazendo

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DA AMREC Nº 12 DE 16 DE SETEMBRO DE 2022 – HORÁRIO: 14horas – PLENARINHO DA AMREC- EDITAL Nº 028/2022-

161 o acabamento e a lapidação, para dizer precisamente onde tem rejeito e
162 onde não tem. Dr. Dermeval cita que o GTA fez reunião para apresentar os
163 membros representantes da equipe da Amrec, e o Bruno fez reuniões
164 internas. Se há preocupação se a área é contaminada ou não, o grupo está
165 fazendo, inicialmente no meio urbano, passando para as empresas para
166 rever os mapas, fazendo a convalidação, vendo as características, e dizendo
167 o que encontrou na área. O diagnóstico tem que demonstrar que aquela
168 área não tem problema. Cita que a Empresa foi no IMAS e apresentou um
169 PRAD de 99 hectares na Mina Quatro, e no mapa são 400 hectares. Então
170 questionaram a CSN o que fazer com o restante. Foi solicitado diagnóstico
171 para todas as empresas fazerem. Questionado quanto ao prazo, Dr.
172 Dermeval responde que, em áreas que a empresa já promoveu a
173 recuperação, se ela não promoveu em todo o polígono, está em débito,
174 multa de 10 mil reais/hectares/mês. Se terminou a área em 2014, tem
175 débito a pagar. Se a empresa tem 2028 para começar, a princípio ainda
176 não tem prazos, mas já foi citado no GTA que até dezembro deve estar tudo
177 concluído o diagnóstico. William informa que foi solicitado um prazo maior
178 para finalizar tudo. Dr. Dermeval fala que nenhuma área deixará de ser
179 citada se não estiver identificada que não tem contaminação.
180 Representante da Fundação de Lauro Muller, questiona se as áreas de
181 regularização fundiária que estão na ACP, tem que ter o mesmo processo
182 com diagnóstico para serem liberadas escrituras para as pessoas. Dr.
183 Dermeval responde que nenhum parcelamento de solo é um problema
184 documental, não tem nada a ver alienação, precisa fazer a regularização e
185 dar matrícula para as famílias, pode fazer. Se é área de urbanização
186 consolidada ou não, isso impacta na questão de novos empreendimentos.
187 Se durante 30 anos nunca teve ocupação no loteamento, e agora querem
188 fazer ocupação, é diferente. Se por exemplo, no Monte Castelo, que já está
189 consolidado, querem dar matrícula para as famílias, já está consolidado.
190 Filipe Barchinski advogado faz uso da palavra, cita que ACP do carvão é um
191 assunto muito discutido, repete-se muitas situações e volta-se para o
192 mesmo ponto. Fala na compensação, que serve para as áreas com
193 diagnóstico. As empresas que foram condenadas fizeram um PRADS e
194 excluíram áreas sem justificativas, e não propuseram nada naquele local. É
195 uma situação de interesse para a coletividade e para os municípios. Já está
196 mapeado na ACP, o que o município deve fazer se a área está ocupada. A
197 compensação interessa para a comunidade, como por exemplo, uma praça
198 ou um equipamento público. Dr. Dermeval fala que o custo de fazer
199 diagnóstico é das empresas, o réu é que tem que provar que o valor da
200 compensação está alto. "Não sabemos qual o custo da recuperação

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DA AMREC Nº 12 DE 16 DE SETEMBRO DE 2022 – HORÁRIO: 14horas – PLENARINHO DA AMREC- EDITAL Nº 028/2022-

201 ambiental, não sabemos qual a técnica usada, qual o custo operacional”.
202 Filipe questiona se as informações já estão disponíveis para a população,
203 das áreas consolidadas onde as empresas não estão prevendo intervenção.
204 Dr. Dermeval responde que sim, que 2086 hectares não têm nenhuma ação
205 prevista, pois estão mapeadas. Filipe fala sobre outra situação, com o MPF
206 colocando atenção nos processos que estão aqui em Criciúma e o
207 andamento dos processos de interesse coletivo, como é a questão de
208 compensação, e de loteamento, pois consegue-se fazer diagnóstico de um
209 bairro e não somente de um lote. São situações que não estão na ata e
210 geram insegurança. Filipe fala em ‘anuência’, palavra muito usada pelo
211 procurador, MPF tem suas razões, toda intervenção tem que ter anuência
212 do responsável. Mapeamento das áreas urbanas e consolidadas e
213 edificações e com critérios não vão tirar a responsabilidade da empresa. Os
214 municípios serão mais ativos apresentando as compensações, com a
215 coordenação do MPF, pois não é interessante o município ir até a empresa
216 como a CSN. Dr. Dermeval fala em estabelecer uma compensação pelos
217 municípios para as empresas. Os municípios têm as áreas mapeadas, já
218 sabem os problemas e podem elencar várias ações a serem desenvolvidas.
219 Com o diagnóstico se tem a estimativa do valor da recuperação. Presidente
220 José Cláudio Gonçalves cita que além da empresa CSN tem a negociação,
221 a título de compensação, com as empresas privadas também, como
222 Carboníferas Metropolitana, Catarinense, Belluno e Rio Deserto. Dr.
223 Dermeval esclarece que a maioria é área da CSN; Nova Belluno não tem
224 nenhuma área da ACP do Carvão, tem áreas que ela assumiu a
225 responsabilidade; a Metropolitana tem pouca coisa. A Carbonífera CBCA de
226 Criciúma e de Treviso é da união, e tem áreas perdidas. Explica que quando
227 não existe um titular a responsabilidade é da união, que pode assumir todas
228 as áreas órfãos, porém é moroso. Juridicamente é possível executar e
229 cobrar tudo da União. Presidente questiona se não seria um caminho mais
230 curto. Dr. Dermeval informa que a União, através do representante do
231 MME-Ministério das Minas e Energia manifestou, em Brasília, que queria
232 assumir todas as áreas órfãos, e ninguém mais falou nada. “Solidariedade
233 é um benefício do credor. A União desde 1993, pouca recuperação. É
234 obrigação do Grupo de Transição Energética discutir as áreas degradadas,
235 passivos ambientais. Kátia Smielevski engenheira da Prefeitura de Criciúma
236 faz questionamento sobre a Rodovia Jorge Lacerda que tem toda
237 infraestrutura com gás, água e energia, o contribuinte quer empreender e
238 investir, porém não é possível construir. Dr. Dermeval fala que MPF não
239 trabalha em tese, lida com sistema de justiça, quem atrasa processo é
240 poder judiciário. “Se surgir situação emergencial, não será por causa da

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DA AMREC Nº 12 DE 16 DE SETEMBRO DE 2022 – HORÁRIO: 14horas – PLENARINHO DA AMREC- EDITAL Nº 028/2022-

241 ação, nada foi paralisado. Já recebemos projetos, várias reuniões e o
242 empreendedor desistiu do projeto”. Fala em ação combinada e com
243 sintonia. Fala em processo que chega de última hora, mal instruída, cliente
244 que não responde, que perde prazo. Filipe cita a questão das compensações
245 pelas empresas que foram condenadas em áreas urbanas onde não haverá
246 recuperação. Dr. Dermeval fala em fazer um PRAD, uma força tarefa com
247 equipe multidisciplinar com os municípios e as instituições de ensino. Tem
248 estudo do geólogo Krebs, de escala regional, com a característica original
249 da região, diagnóstico atual, consegue definir o prazo estimado para
250 retornar o que era antes, e consegue fazer uma valoração do custo da
251 recuperação. Fala em metodologia para fazer valoração de danos
252 ambientais. A partir de um diagnóstico da área, estimar o tempo médio de
253 recuperação desta área, em condições naturais, com medidas de
254 recuperação, daí temos a valoração de danos, quanto de prejuízo para a
255 sociedade ao longo dos anos. Essa metodologia é usada no mundo para fins
256 de compensação ambiental. Filipe fala que vê a reunião em duas situações:
257 a compensação e a liberação. A compensação é para o futuro, os
258 municípios, que já têm o levantamento das áreas urbanizadas, devem
259 realizar um diagnóstico de quanto custaria para as empresas recuperarem,
260 qual a valoração. E a liberação do alvará para as pessoas e as empresas
261 que estão aguardando. Dr. Dermeval explica que os municípios trabalham
262 com valoração dos danos ambientais e tempo de recuperação. Qual o custo
263 que a sociedade vai ter em esperar que um rio danificado fique um pouco
264 melhor? Qual o custo de uma área até que ela seja aproveitada? Isso deve
265 ser estudado, pois é uma perda da qualidade ambiental e da qualidade de
266 vida para a população. Nas questões de áreas pontuais quando os
267 empreendedores procuram o MPF, será tratada a tempo. Cita que, se os
268 prefeitos querem pensar no futuro das áreas que ainda não tem
269 empreendimento, como num bairro inteiro, devem pensar no diagnóstico.
270 E os casos pontuais serão analisados e resolvidos. Dr. Dermeval se coloca
271 à disposição para discutir e verificar as ações a serem propostas num
272 âmbito coletivo, caso surgir dúvida. Após as discussões, Prefeito Salvaro
273 solicita que seja dado os encaminhamentos. Presidente da AMREC faz um
274 resumo: para a compensação os municípios irão estudar a valoração dos
275 danos ambientais e propor medidas e ações compensatórias para as
276 empresas, junto ao MPF. E os casos pontuais serão analisados e liberados
277 com mais celeridade pelo MPF. Filipe faz uma explanação para melhor
278 entendimento dos encaminhamentos: a compensação se refere às áreas
279 que já estão na ACP, já estão consolidadas e com casas construídas, onde
280 as empresas estão condenadas e não previram uma intervenção e nem

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DA AMREC Nº 12 DE 16 DE SETEMBRO DE 2022 – HORÁRIO: 14horas – PLENARINHO DA AMREC- EDITAL Nº 028/2022-

281 calcularam uma compensação para essas áreas. Neste caso, os municípios
282 devem pegar as áreas que já estão mapeadas e fazer um
283 diagnóstico/estudo para valoração. Se a empresa gastar um milhão de reais
284 na recuperação, o município irá propor uma compensação em forma de
285 benefícios e ações, como creches, parques, escolas e outros. Com relação
286 a liberação dos alvarás para as pessoas/empresas, cada caso pontual será
287 analisado com maior celeridade em reuniões com MPF, pois Dr. Dermeval
288 terá mais tempo disponível em Criciúma. Todos estão de acordo, como
289 encaminhamento, propõe-se sejam levantadas as informações por
290 município, descrevendo principalmente as áreas urbanizadas inseridas na
291 ACP do Carvão e portanto, presumivelmente inviabilizadas as obras de
292 recuperação, mencionando os respectivos réus e se há PRAD para estas
293 áreas. Com os dados em mãos, parte-se para um segundo momento: de
294 cálculo e compensações a serem negociadas com as empresas condenadas
295 na ACP. Presidente José Cláudio Gonçalves finaliza a reunião agradecendo
296 a presença de todos e falando que, mesmo não resolvendo tudo, houve
297 avanços. E, para constar, eu, Margarete Maria Pasetto Biléssimo, secretária
298 desta reunião, lavrei a presente ata que depois de aprovada na próxima
299 Assembleia de prefeitos, será assinada por mim, pelo presidente e por
300 aqueles que assim desejarem.

301

302 Criciúma, 16 de setembro de 2022

303

304

305

306

José Claudio Gonçalves

307

Presidente da AMREC

308

Prefeito de Forquilha

309

310

311

Margarete Maria Pasetto Biléssimo

312

Secretária AMREC

313